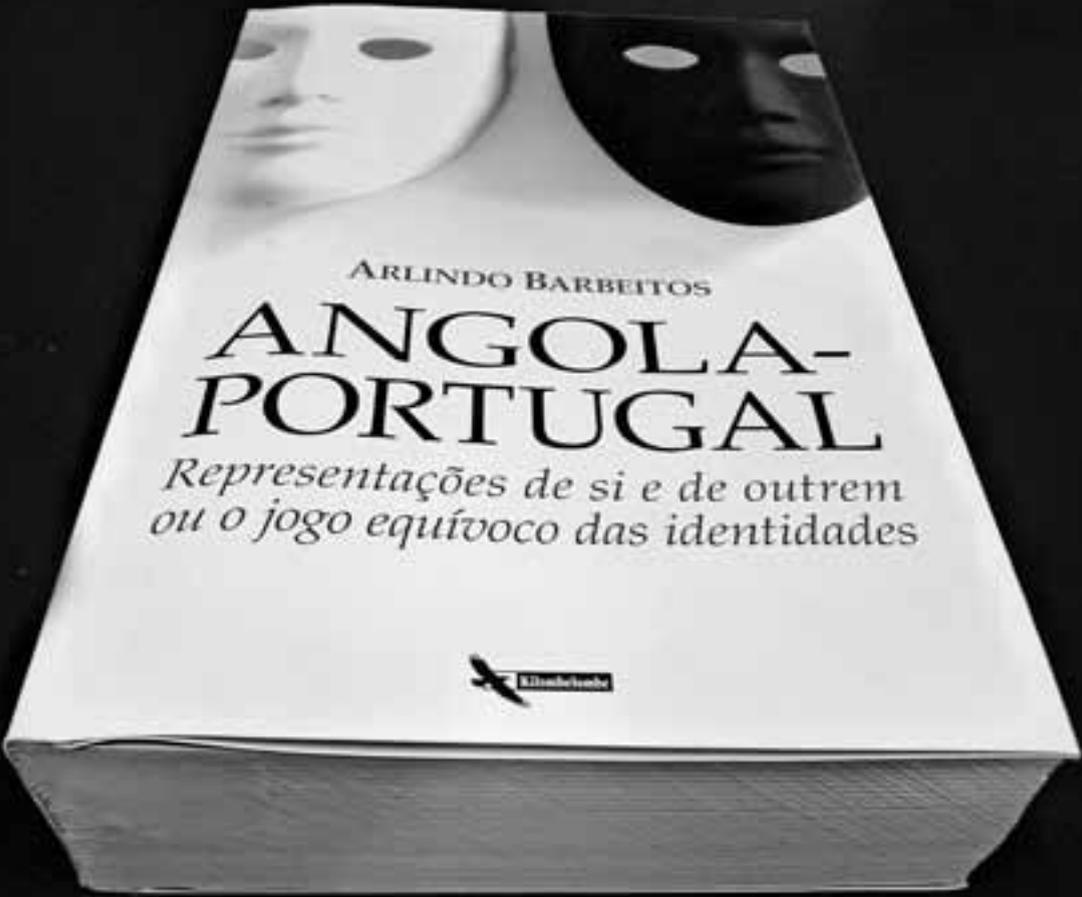


A black and white portrait of Arlindo Barbeitos, an elderly man with a mustache, wearing a suit and tie. He is looking slightly to the right of the camera. The background is blurred, showing what appears to be a gallery or museum setting with various artworks and posters. One poster in the background has the word 'TSHORWE' visible. Another poster in the upper left has the word 'Mariana' visible.

ARLINDO BARBEITOS

“Bem ou mal, queiramos ou não, é o Estado que está construindo a nação angolana”

Entrevista



ARLINDO BARBEITOS

ANGOLA- PORTUGAL

*Representações de si e de outrem
ou o jogo equívoco das identidades*



Arlindo Barbeitos

“Bem ou mal, queiramos ou não, é o Estado que está construindo a nação angolana”

Entrevista conduzida por **Maciel Santos*** e **Manuel Tchimbwembwe Severino****

16 de outubro de 2014

Arlindo Barbeitos (1940) é um conhecido investigador angolano, membro fundador da União dos Escritores Angolanos e que depois da independência assumiu várias responsabilidades políticas e científicas em Angola (Chefe do Departamento de Ciências Humanas no Instituto de Investigação Científica de Angola; Adido Cultural em Argel; Secretaria de Estado da Cultura até 1993). A sua tese de doutoramento, inicialmente redigida em francês e publicada pela Harmattan, foi há pouco traduzida para português e editada em Luanda: *Angola-Portugal. Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*. A sua recente estadia em Portugal proporcionou um debate interessante sobre o tema da herança colonial.

Maciel Santos / Manuel Tchimbwembwe Severino (MS / MTS) – Quando se fala dos Estados africanos tornou-se um estereótipo dizer que têm uma génese artificial, que não são verdadeiramente Estados como os Europeus. Embora estes últimos, antes de se tornarem Estados “naturais”, também tenham sido Estados “artificiais”, a questão é: no caso dos Estados africanos, mais precisamente em Angola, que peso tem na sua génese a herança colonial? Talvez esta seja uma outra forma de perguntar se o formato colonial do Estado é inevitável em África.

Arlindo Barbeitos (AB) – Há muitos países de África que são claramente artificiais. Basta olhar para o Mali atual, que não tem muito que ver com o antigo Mali, para reparar que esta junção de Tuaregues com povos Sonhgai, Bambara e outros não é exatamente a mais feliz. A República Centro-Africana é outro exemplo. Misturar populações islamizadas

como as do Norte do antigo Reino do Kordofan, que foi conquistado pelos britânicos no final da I Guerra Mundial e em parte foi depois acrescentado ao Sudão, é muito artificial. Este é um Estado que sobrou de restos e criar ali uma identidade é muito complicado. Estudei em Paris com um jovem que era da República Centro-Africana e ele dizia-me: “-Olha, tens muito mais sorte, porque vens de um Estado muito antigo” [risos]; e eu respondi: “Sim, levou quatro ou cinco séculos a ser criado e foi criado metodicamente, mais pelos angolanos do que pelos próprios portugueses”.

MS / MTS – Esta questão leva a outra: continua a ser aceitável manter ou devem alterar-se as fronteiras coloniais em África?

AB – Essa outra questão é muito complexa. Deixe-me dar-lhe dois exemplos. Um antigo ministro da Educação e da Cultura de Angola, António Jacinto, que não falava

* CEAUP.

** CEAUP.

nenhuma língua estrangeira (falava só português e kimbundu, aliás, esta última muito bem) pediu-me certo dia para o substituir numa reunião ministerial em Adis Abeba. Aí, tive oportunidade de ter essa discussão com um zambiano que a, certa altura me disse: “*What kind of person are you?*” E eu respondi: “Sou o resultado da história do meu País. O nome de Angola existe há, pelo menos, 400 anos e o seu foi inventado por um tal senhor Kaunda.” A conversa acabou mais ou menos por aí.

Ainda em Adis Abeba, encontrei-me com alguns jovens da Eritreia que me disseram não concordar com a integração da Eritreia na Etiópia a não ser num Estado federativo com uma grande autonomia. Eles não queriam independência, queriam uma grande autonomia. O imperador Hailé Selassié acabaria mais tarde com esse projecto, no que foi um dos seus maiores erros. Eu disse-lhes que eles eram irmãos mas eles responderam: “Não, não se esqueça que tivemos muitos anos de colonização italiana e isto diferenciou-nos bastante do resto da Etiópia”. Quer dizer, o fator colonial surgiu como elemento diferenciador: por isso é que eu falo, e desculpe se me cito, da cara de Janus do colonialismo. Por mais que se faça, não se pode dizer que não haja uma face colonial e uma outra local. Esta cara de Janus é essencial para definir os nossos Estados. A criação do Sudão do Sul, por exemplo, se correspondia a uma necessidade, também se deveu a uma grande manipulação por parte dos ingleses: juntaram no mesmo Estado os Nuer, os Shilluk e os Dinka, que sempre guerrearam entre si e sempre foram vítimas dos árabes (ou arabizados) do Norte.

MS / MTS – A própria independência do Sudão foi usada como arma política contra outro Estado, o egípcio. Os ingleses apressaram-na – tal como tinham organizado o futuro Sudão - na expectativa de derrubar o Governo de Nasser.

AB – Exatamente! Quando trabalhava com o presidente Agostinho Neto e estive em Cartum, falei com vários sudaneses, inclusivamente com sudaneses do sul, que me diziam que eram maltratados, discriminados, etc. E que a melhor solução seria – passou-se em 1976 ou 1977 – a criação de uma federação, em que eles teriam grande autonomia, inclusivamente, para cada subgrupo. Os Dinka do seu lado, os Nuer do seu lado também e os Shilluk. Embora haja outros povos, mais pequenos, estes são os três povos principais. Essa seria, talvez, uma solução mais adequada.

Em alguns casos especiais de fronteiras, infelizmente, é portanto necessário fazer alterações. Pessoalmente acho que seria preferível a criação de federações com grande poder de autonomia das populações diferenciadas, como, por exemplo, no caso do Mali. Dar uma grande autonomia aos Tuaregues e aos Beduínos, nunca criar um Estado unitário jacobinista na tradição francesa.

Quanto à Angola, este é um caso muito particular. Temos Cabinda. Eu estive em Cabinda pouco antes da independência. Como eu havia sido militar, quatro dias antes da independência o presidente Agostinho Neto mandou-me acompanhar três generais norte-coreanos até à frente de combate. Já estávamos no Palácio e, entre outras coisas, assisti à feitura da nossa bandeira. Deixei-me acrescentar que eu tinha aliás dado uma pequena contribuição iconográfica: um ramo de algodão e um ramo de café. Ia, então, com os três generais da Coreia do Norte, que antes tinham apoiado a FNLA e que estavam a reavaliar quem deviam apoiar. A dúvida era entre o MPLA e a FNLA. Pegamos, então, num aviãozinho pertencente a um português que tinha aderido à independência e que recebeu, mais tarde, a nacionalidade angolana. Uma pequena avioneta, já um pouco, enfim... usada! E então, lá iam os três generais coreanos, o piloto e eu. Na altura, a maior parte do território do Norte de Angola

ainda estava ocupado, embora a FNLA e as tropas zairenses, os mercenários, já estivessem a recuar – tinham estado a 12 km de Luanda. As nossas tropas, com o apoio dos “órgãos de Estaline” avançaram e, como havia muitos cubanos negros, os coreanos não conseguiram distinguir entre os cubanos e os angolanos! [risos] E depois havia os angolanos claros e eles faziam uma grande confusão.

E, por acaso, o indivíduo que estava lá (no posto de comando do aeroporto) era meu amigo e tinha estado comigo no Leste¹. Pedi ao comandante do avião para me passar o microfone para falar com o Spil, um mestiço (que julgo não saber que o seu nome era de origem alemã [risos]). O Spil falava um Português muito misturado com Fiote²: há ali sem dúvida um fenómeno de mestiçagem muito interessante que envolve também o Brasil. Nós recebemos sempre muitos brasileiros até 1950, às dúzias. E até 1822 recebíamos-los às centenas mesmo, devido ao comércio sul-sul do tráfico de escravos. Muitos “brasileiros” deram origem a famílias da burguesia local em Angola. Uma delas é a dos Pinto de Andrade, que foram barões do café no Golungo Alto e se tornaram negros com o tempo, apesar de alguns ainda serem mestiços muito escuros, como os dois irmãos Pinto de Andrade, o Justino e o Vicente. Bom, na altura não se falava muito da independência de Cabinda: eles opunham-se a um Estado unitário e exigiam para Cabinda uma situação especial, como na Madeira ou nos Açores.

MS/MTS – Mas a FLEC³ já existia e continuou a existir.

AB – Sim, mas ninguém falava nela até começar a ser financiada pela Elf-Aquitaine⁴. A FLEC foi uma criação da Elf-Aquitaine. Aliás, não é

de admirar que aqueles que ainda sobram, que são muitos poucos, estejam todos em Paris ou então façam “vaivém” entre Lisboa e Paris, mas o financiamento é francês, embora seja muito pouco, porque o governo angolano retalia, e retalia mal, na minha opinião.

MS/MTS – Falou em “retaliar mal”, contra a Elf-Aquitaine/Total ou contra a população de Cabinda?

AB – Contra a companhia, ameaçando retirar as concessões, o que apesar de tudo, tem dado resultado.

MS/MTS – Portanto, e sem provocação fácil, na sua opinião a estabilidade dos Estados africanos seria maior com uma configuração mais “lusu-tropical”, como em Cabinda.

AB – A construção social em Angola foi lenta. Como todos os países de colonização, há sempre um núcleo e é a partir desse núcleo que, de maneira concêntrica ou não, se processa. Um pouco como quando se atira uma pedra a um charco e se formam círculos cada vez maiores: assim foi com Angola, de certo modo, a partir de Maquela do Zombo e do Dondo, porque os primeiros angolanos, de certa maneira, foram os Bakongo, e a seguir Luanda, Benguela e Caconda, posteriormente. Esta última, fundada por um goês, o major Coimbra. Aliás, houve ali uma concentração relativamente elevada de goeses, umas dezenas, assim como no século XVII houve em Luanda e Benguela muitos comerciantes goeses ou de Damão ou Diu. A ligação goesa, como se sabe, explica-se pelos panos da Índia que serviam para o tráfico de escravos.

1 Na frente leste, isto é, na guerrilha levada a cabo pelo MPLA no Moxico, especialmente entre 1968-1972.

2 Língua bantu predominante na região de Cabinda.

3 Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda

4 Companhia multinacional francesa do sector petrolífero, atualmente integrando a TOTAL.

Esta influência da Índia em Angola é também frequentemente esquecida. Casaram com mulheres no cais tal como aconteceu o mesmo com os “*prazeiros*” da Zambézia em Moçambique. Não foram aos milhares, mas umas quantas centenas, que se fixaram como comerciantes e com a colaboração das aristocracias locais. As burguesias que se foram criando tiveram origens diversas: portuguesa, judia, como os Mendes de Carvalho, indígena, goesa, brasileira. Por exemplo, os Buritis ou os Pacavira, que são nomes indígenas mas do Brasil. O léxico também incorporou elementos do Brasil: “*jacaré*” é um termo tupi ou guarani, em kimbundu é *ngandu*, em quase todas as nossas línguas é *ngandu*. A surucucu, cujo nome em kimbundu é *toca*, mas quase ninguém já usa. Aliás, na minha região hoje já quase ninguém fala kimbundu.

E sobre a “especificidade” de Angola, outro exemplo: investiu-se bastante agora no hóquei em patins. E o hóquei em patins tem um aspeto muito interessante, que causa muita estranheza, muita “espantação” (isto é um termo muito angolano) a outros africanos: alguns jogadores são brancos.

MS/MTS – E agora, entremos em uma outra área de estereótipos. Visto que durante várias décadas do período colonial as missões religiosas tiveram quase um monopólio (embora partilhado, católicos e outros) que balanço se pode fazer desta outra herança colonial? Concorda que, em parte, devido ao esvaziamento de muitos actuais estados africanos, se chegou agora tanto à dependência das ONG’s como a uma certa reabilitação do papel social das missões?

AB – As missões foram uma espada de dois gumes. Por um lado a imposição do Cristianismo, protestante (não importa de que

seita) ou católico, não aceitou os princípios da igualdade e do diálogo. Integraram, como se sabe, o imperialismo cultural, a superioridade da cultura europeia, da religião cristã, superior a qualquer religião local até porque as tornava pecaminosas. Por exemplo, Heli Chatelain⁵, cuja sensibilidade para as culturas locais estava acima da média - escreveu uma das melhores gramáticas de kimbundu que há – condenava o *semba* (o *semba*, paradoxalmente é uma dança de raiz religiosa), contribuindo assim para a destruição da cultura local. Não nos esqueçamos de que o verbo *kuzamba* quer dizer rezar, orar, e que há uma relação íntima entre o *divumo*, que é o ventre materno, e o *ischi* que é a terra.

MS/MTS – Um último estereótipo para comentar: o Estado colonial, missões incluídas, inventou as etnias em Angola, como no resto de África?

AB – Se os Portugueses tivessem sido tão idiotas como foram os Alemães e os Belgas, teríamos os problemas do Ruanda em Angola. Isto não significa que não os houvesse em parte. Foi imposta uma religião, foram proibidos costumes, que em princípio seriam legítimos. Agora, este é o aspecto negativo, e é profundamente negativo. Depois, houve também um fracionamento com católicos dum lado, protestantes do outro, depois até entre várias seitas protestantes. Houve muitos Ovimbundu católicos no MPLA, evidentemente também. Isso para não falar dessa outra história mal contada: que os Ovimbundu são da UNITA, os Kimbundu e os mestiços são do MPLA e os Bakongo são da FNLA. É verdade que a FNLA, infelizmente, nunca conseguiu sair dos Bakongo, com algumas exceções. Mas, ao contrário do que se pensa, o reino do Congo era multiétnico. E, claro, o MPLA incluiu sempre muitos Bakongo também.

5 Missionário suíço em Angola nas décadas de 1890 e 1900, autor de várias obras de referência sobre a etnografia angolana.

MS/MTS – Sim, mas e a ideia de que o MPLA eram os “calcinhas”⁶ de Luanda?

AB – Não, isso era completamente errado. Mas para acabar o balanço das missões: na entrada de Angola na modernidade, as missões sem dúvida ajudaram. Claro, o preço foi elevadíssimo: Angola é, talvez, um dos países africanos que mais condenados estão à modernidade. Porquê? Porque é um dos países africanos, infelizmente, que mais perdeu as suas tradições não aculturadas. E para acabar o balanço do Estado colonial:

bem ou mal, queiramos ou não, é o Estado que está construindo a nação angolana. Nação enquanto processo porque, se bem que o Agostinho Neto não seja o pai da nação Angolana – isso é um disparate de todo o tamanho – ele fundou o Estado angolano. Como tal, e á semelhança do que aconteceu em outros países “novos” – como a Alemanha de Bismarck ou a Itália de Cavour, a partir do Estado criou-se a nação. Que, no caso de Angola, as circunstâncias da colonização tinham feito avançar mais do que em muitos outros países de África.

6 Designação colonial para africanos “assimilados”.